

## **Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:**

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

# Desafios e possibilidades de uma abordagem arqueológica da Diáspora Africana no Litoral Norte Paulista<sup>1</sup>

## Challenges and Possibilities of an archaeological approach to the African Diaspora on the northern coast of São Paulo



Luciana Bozzo Alves

Doutoranda em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE/USP  
alveslb@usp.br



Pedro Paulo de Abreu Funari

Professor titular do Departamento de História da Unicamp  
ppfunari@uol.com.br

2

**Resumo:** Nesse artigo buscou-se compreender os processos históricos relacionados à diáspora africana nos municípios de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela, sob uma perspectiva arqueológica. Primeiramente, traçou-se um panorama dos trabalhos desenvolvidos e/ou em desenvolvimento no Brasil que abarcam essa temática. Foram levantados então possíveis paisagens que o Litoral Norte paulista oferece para abordagens arqueológicas, relacionadas à Diáspora Africana, notadamente, aquelas associa-

<sup>1</sup> Este artigo foi baseado na dissertação de mestrado intitulada *A Diáspora Africana no litoral Norte paulista: desafios e possibilidades de uma abordagem arqueológica*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo em fevereiro de 2017.

das a possíveis locais utilizados como desembarques de africanos escravizados após 1831. Esse estudo utilizou uma variedade de fontes, incluindo evidências materiais, indicadores da paisagem, parâmetros oceanográficos, narrativas orais, fontes secundárias e textos historiográficos, de forma a tornar possível uma proposta interpretativa acerca da Diáspora Africana no Litoral Norte paulista. Por fim, foi realizada uma abordagem piloto, resultando na proposição de possíveis conexões entre alguns dos locais estudados, localizados a nordeste do centro urbano de Ubatuba e as dinâmicas envolvidas nos desembarques clandestinos de africanos. Nesse sentido, considerou-se o Litoral Norte paulista como uma região com alto potencial para a identificação de sítios arqueológicos, sejam eles relacionados ao período pré ou pós-colonial e, em compartimentos emersos e submersos e, também a evidências arqueológicas voltadas ao período da ilegalidade do tráfico negreiro. Palavras-chave: Arqueologia da Diáspora Africana, Tráfico negreiro, Litoral Norte Paulista.

**Abstract:** In this paper we seek to understand from an archaeological standpoint the historical processes related to the African Diaspora in the municipalities of Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião, and Ilha Bela. Initially we provide an overview of ongoing and completed research work on that theme in Brazil. We then present landscapes that São Paulo state's northern coast can offer to archaeological approaches to the African Diaspora, especially those associated with possible points of disembarkation of enslaved Africans after 1831. In order to enable an interpretive proposal about the African Diaspora on the northern coast of São Paulo, this study used a variety of sources including material evidence, landscape indicators, oceanographic parameters, oral narratives, secondary sources, and historiographic literature. Finally, we conducted

a pilot approach to propose possible connections between some of the sites studied, located northeast of Ubatuba's urban core, and the dynamics pertaining to the clandestine disembarkation of Africans. In that regard, we considered São Paulo state's northern coast as a region with high potential for identifying archaeological sites related to either the pre- or the post-colonial period, in emerged and submerged compartments, and also related to the archaeological evidence concerning the African Diaspora.

Keyword: Archaeology of the African Diaspora, Slave trade, São Paulo state northern coast.

## Introdução

Diante das inúmeras possibilidades de pesquisas arqueológicas que o Litoral Norte paulista oferece, a escolha por uma Arqueologia voltada à diáspora africana se deu em função de sua privilegiada localização em relação ao Vale do Paraíba. Com a expansão da cultura cafeeira no início do século XIX, a demanda por mão de obra para os trabalhos nas lavouras fez com que, após a promulgação de Lei Feijó, em 1831, as praias e enseadas dos quatro municípios do Litoral Norte paulista (Figura 1) fossem utilizadas para os desembarques de africanos ilegalmente escravizados. No entanto, muito antes disso, a região já fazia parte da rede de portos clandestinos, usada pelos negreiros para abastecer com mão de obra africana as regiões agricultáveis e mineradoras no interior do país (RODRIGUES, 2000; OLIVEIRA; FUNARI, 2013; OLIVEIRA; SILVA, 2013).

5

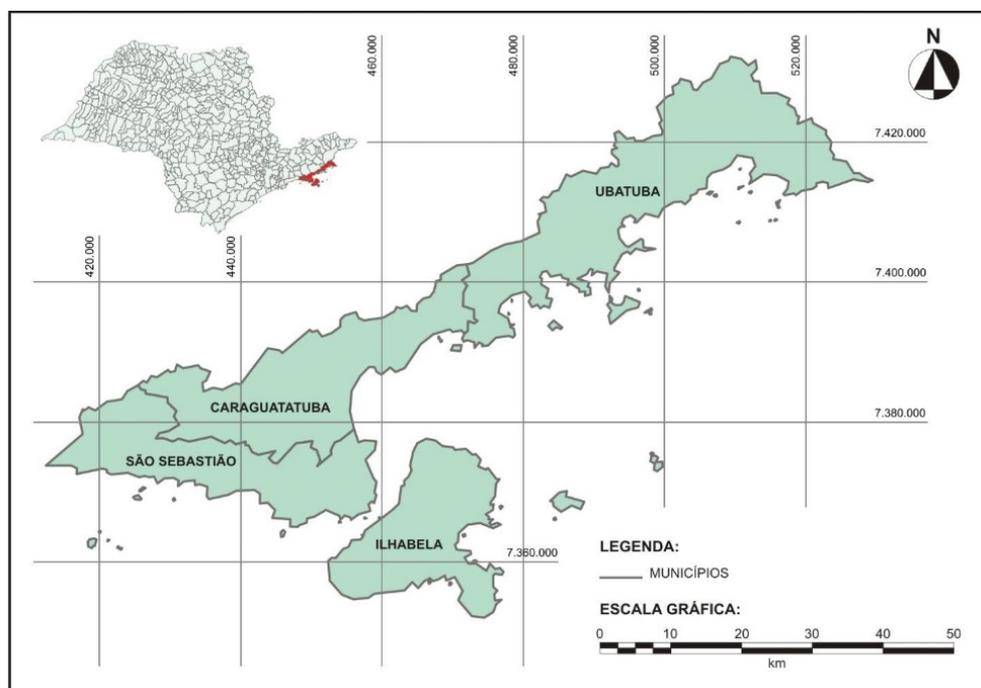


Figura 1. Localização da área de pesquisa (Fonte: Gabriela Farias, 2016).

Ainda que a lei de 1831 não tenha conseguido extinguir o comércio de africanos, ela imputou um caráter ilegal à atividade, e obrigou os traficantes a buscarem alternativas objetivando a manutenção dessa atividade. Entre as diversas mudanças atribuídas a esse comércio e, buscando escapar das fiscalizações, a utilização de praias isoladas e ao mesmo tempo próximas dos mercados consumidores, foi uma das principais alternativas adotadas pelos traficantes (RODRIGUES, 2000, 2005; CARVALHO, 2012).

Embora o estado de São Paulo não tenha abrigado grandes portos, devido possivelmente às “limitações da paisagem”, vários locais são indicados na literatura historiográfica como pontos de desembarque de africanos escravizados. Importante salientar que a referência a africanos escravizados abarca, impreterivelmente, africanos e africanas, crianças, jovens, adultos e idosos que foram retirados de seus locais de origem e forçados a uma travessia transoceânica a fim de servirem de força de trabalho nas Américas (RAMBELLI; NOVAES, 2011).

Nesse sentido, procurou-se por indicativos de que os locais apontados nos textos historiográficos pudessem (ou não) terem sido utilizados para os desembarques de africanos. Para isso, os caminhos trilhados abarcaram distintos vieses, em que grande atenção foi dada à documentação historiográfica, pois, de acordo com o que indica Hodder:

[...] El echo de escribir con tinta en un papel es, en sí mismo, un tipo de cultura material y la deducción Del significado sobre la base de tal evidencia no es distinta de la que se infiere a partir de los objetos materiales en general (HODDER, 1994, p. 26).

As engrenagens das pesquisas utilizadas foram baseadas em quatro segmentos distintos: fontes secundárias – abordagem

historiográfica; levantamento de evidências materiais – abordagens arqueológicas; levantamento de narrativas orais – lugares de memória e abordagem da paisagem – perspectiva oceanográfica. Para tanto, entre os anos de 2014 e 2016 foram realizadas três etapas de campo, que objetivaram, entre outras coisas, identificar por meio da leitura do ambiente e dos recortes nas bordas continentais de pontos específicos dos municípios abordados, características facilitadoras e/ou dificultadoras que pudessem ter possibilitado os desembarques de africanos, estabelecendo, a partir de então, locais potenciais para estudos arqueológicos, seja em meio terrestre ou em meio subaquático e, sobretudo, na interface entre a terra e o mar, em região denominada de zona entremarés. Também foram estabelecidos diálogos com moradores de comunidades quilombolas e caiçaras, a fim de colher referências por meio das narrativas orais associadas aos locais de memória do tráfico de africanos, principalmente aquelas associadas aos desembarques nas praias da região (ALVES, 2016).

7

## Arqueologia da Diáspora Africana no Brasil

Apesar de o legado da escravidão ser ainda indigesto para sociedades ex-escravistas como a nossa, para os historiadores, a “instituição escravidão” é considerada um tema clássico e muitas pesquisas têm sido realizadas envolvendo diversos segmentos, como por exemplo: as formas de resistência à escravidão, os movimentos abolicionistas, os quilombos, os navios negreiros, os africanos livres, além de tantos outros caminhos possíveis.

No campo arqueológico, pesquisas têm sido realizadas abarcando os remanescentes materiais associados a grupos de africanos

escravizados, além de trabalhos de etnoarqueologia envolvendo comunidades remanescentes de quilombos, entre outros. O estudo arqueológico sempre está em relação com a sociedade e seus contextos e, por sua ligação com o Estado, por meio de autorizações e financiamentos, isso fica ainda mais acentuado do que em outras áreas, como História e Sociologia (FUNARI, 2006; FUNARI; DOMÍNGUEZ, 2006). Por isso mesmo, enquanto os estudos afro-brasileiros floresceram desde a década de 1930, ao menos, na Arqueologia, foi apenas com a abertura política (1979) que a disciplina esteve mais aberta ao estudo de temas sociais, como a escravidão (FUNARI, 2007; FUNARI; ORSER, 2015). Não, por acaso, é dessa época o primeiro estudo arqueológico moderno do tema (GUIMARÃES; LANNA, 1980).

O primeiro trabalho a citar essa temática foi um balanço bibliográfico realizado pela arqueóloga Tânia Andrade de Lima (1993), com menção a uma escavação realizada por Loureiro Fernandes no ano de 1930, em Guaraqueçaba-PR. Essa pesquisa incidiu sobre alguns nichos existentes nos íngremes paredões da Serra Negra e, de acordo com Lima, esses paredões continham “[...] ossadas humanas e vestígios de selos de argila. Naquele período, os vestígios foram interpretados como possivelmente pertencentes a negros quilombolas” (LIMA, op. cit., p. 225). No entanto, não fica claro como o autor chegou a essa conclusão e essa informação não pôde ser confirmada, pois, de acordo com Lima, a pesquisa não teve continuidade, tendo sido apenas comunicada na época ao arqueólogo Igor Chmyz, que a registrou em um levantamento sobre Arqueologia Histórica no estado do Paraná em 1985 (LIMA, 1993).

Symanski (2014) apresenta um levantamento dos trabalhos que tratam da Arqueologia da Diáspora e da Escravidão, trazendo exemplos de pesquisas desenvolvidas nos Estados Unidos e no Brasil. Diego Costa publica um apanhado sobre o estudo da Diáspora e da Escravidão na Arqueologia e em várias partes da

América e do Brasil (COSTA, 2016, p. 72-76). Com base nesse e em outros trabalhos, apresenta-se a seguir uma revisão bibliográfica sobre o tema, ressaltando que o levantamento considerou todo tipo de produção (artigos, apresentação de trabalhos em congressos, resumos, dissertações, teses, entre outros) e buscou apresentar pelo menos uma pesquisa em cada estado onde essa temática já foi ou vem sendo estudada.

Para a Amazônia, estão em andamento projetos relacionados ao contexto da Arqueologia da Diáspora Africana e, como exemplo, cita-se o projeto de pesquisa coordenado por Diego Costa intitulado “Arqueologia Histórica dos Africanos na Amazônia” (2015/ atual<sup>2</sup>), além de outros textos já publicados (COSTA, 2015, 2016).

Moraes (2012) aborda o território étnico dos Povos do Aproaga (PA, AP) e do quilombo do Cunani, apontando que:

em torno das ruínas históricas do engenho colonial, a memória social quando os Pretos d’antes foram escravos restitui e fortalece no presente as referências culturais e fronteiras étnicas em consonância ao sentimento de pertencimento ao Aproaga (MORAES, 2012, resumo).

Para o estado de Pernambuco, conta-se com o mestrado de Medeiros (2005), que teve como objeto de estudo a fazenda de São Bento de Jaguaribe, localizada em Abreu e Lima, cujo objetivo foi “reconstituir o modelo de organização espacial nas propriedades rurais do tipo fazendas, do período colonial, e apreender as correlações sociais específicas” (MEDEIROS, 2005, resumo). A mesma fazenda estudada por Medeiros foi objeto da dissertação de Silva (2006), que propôs a reconstituição arqueológica da área de moradia dos africanos. Não se pode deixar de apontar também os trabalhos realizados por Scott

<sup>2</sup> Informação extraída do currículo Lattes em 17/11/2019.

Allen (2006), em particular, aqueles relacionados à região serrana dos Quilombos, que abrange os estados de Pernambuco e Alagoas.

O Quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga-AL, foi alvo de diversos trabalhos, tendo fomentado inúmeras publicações desde as primeiras pesquisas na década de 1990 (ORSER e FUNARI, 1992; FUNARI, 1996). Para Funari (1996) o projeto objetivava “adquirir informação sobre a vida cotidiana em Palmares, principalmente por meio dos vestígios materiais”. Precedido por um meticuloso levantamento historiográfico, para entender como os colonizadores “compreenderam e combateram esse Estado rebelde” (FUNARI, op. cit., p. 8), os pesquisadores partiram para a primeira etapa de campo, que consistiu em “[...] um levantamento ou prospecção pedestre, visando localizar vestígios materiais arqueológicos superficiais” (FUNARI, 1996, p. 8).

No município de Laranjeiras, estado de Sergipe, Santana (2008) teve como foco de sua dissertação de mestrado a comunidade quilombola do Mussuca. Para tanto, a autora utilizou a Arqueologia como ferramenta para a construção de versões alternativas, visando auxiliar na compreensão da trajetória dos grupos que reivindicam o reconhecimento de duas histórias e de seus territórios.

A dissertação de Tavares (2006) analisou as contas de colares e as práticas religiosas de origem africana a partir de sepultamentos encontrados no sítio arqueológico da antiga igreja da Sé, em Salvador-BA. O doutorado de Gordenstein apresentou uma “análise e interpretação dos objetos e espaços usados por um culto afro-brasileiro no centro histórico de Salvador entre o último quartel do século XIX e a década de 1920” (GORDENSTEIN, 2014, resumo).

Agostini, já no fim da década de 1990 publicou um trabalho onde buscou identificar marcas da resistência escrava em artefatos arqueológicos, notadamente cachimbos, oriundos de sítios históricos do estado do Rio de Janeiro (AGOSTINI, 1998). Em Angra dos Reis, Rambelli

(2006a, 2006b) pesquisou em seu pós-doutoramento um navio negreiro que provavelmente foi afundado no início da segunda metade do século XIX. As pesquisas desenvolvidas envolveram levantamentos subaquáticos com o objetivo de localizar os destroços da embarcação. No entanto, apesar dos esforços, as evidências localizadas não puderam ser associadas ao sítio de naufrágio do brigue Camargo. Escavações arqueológicas realizadas em uma fazenda jesuítica pertencente a um Colégio em Campos dos Goytacazes-RJ, que esteve ativa entre os séculos XVII e XIX, objetivaram fornecer informações do cotidiano da escravidão, regimes demográficos, além das práticas culturais (SYMANSKI; GOMES, 2019). Dentro de um projeto que visava à revitalização da região central do Rio de Janeiro, pode-se destacar as escavações arqueológicas que resultaram na localização do Cais do Valongo e da Imperatriz, importantes marcos da chegada dos africanos escravizados (LIMA; SENE; SOUZA, 2016). O trabalho de Tavares (2012) buscou uma delimitação espacial para fins de proteção legal do Cemitério dos Pretos Novos, localizado na Gamboa, Rio de Janeiro.

No estado de São Paulo, o mestrado de Wagner Bernal tratou do sítio arqueológico São Francisco, antiga fazenda escravista localizada no município de São Sebastião (BORNAL, 1995). Esse sítio também foi alvo de seu doutorado, desenvolvido sob a ótica da Arqueologia da Paisagem (BORNAL, 2008). Em 2011, o mesmo sítio arqueológico foi objeto do doutorado de Agostini, defendido na UFF, onde a autora se dedicou ao estudo das dinâmicas materiais e simbólicas presentes nos artefatos recuperados nas escavações. No ano de 2012, dois trabalhos que abordaram comunidades quilombolas foram defendidos no MAE/USP: primeiro, o de Almeida (2012), que trouxe uma abordagem etnoarqueológica do território quilombola dos Mandira, no Baixo Vale do Ribeira, em Cananeia. O segundo é de Marques (2012), que apresentou um estudo arqueológico do Jaó, uma comunidade quilombola localizada no município de Itapeva.

Silva (1996) estudou os engenhos da parte sul de Santa Catarina e buscou a recriação dos sistemas produtivos, por meio do estudo da cultura material e da revisão da documentação escrita. Em 2013, Borba apresentou um estudo arqueológico sobre a escravidão nas fazendas oitocentistas de São Francisco do Sul. Para tanto, a autora se baseou na análise de três antigas propriedades agrícolas localizadas na parte continental do município (BORBA, 2013).

O projeto “O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na região meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)”, coordenado pelo prof. Dr. Lúcio Ferreira, da UFPel, fomentou a produção de diversos trabalhos arqueológicos que resultaram em inúmeras apresentações em congressos e encontros pelo Brasil. Como exemplo, o trabalho de Rocha et al. (2012), que iniciou discussões sobre a análise espacial de estruturas arqueológicas referentes ao período da escravidão (1780-1888). Mais recentemente, Monteiro analisou “como a construção política e cultural da paisagem instituiu formas de governo e de resistência dos escravos, bem como foi parte fundamental da consolidação do sistema escravista na cidade de Pelotas” (MONTEIRO, 2016, resumo). Machado (2004) versou sobre os cachimbos e cerâmicas identificados em sítios do século XIX, em São Martinho da Serra. A tese de Carle (2005) contemplou três quilombos: o abrigo Monjolo, em Santo Antônio da Patrulha, o da Ilha do Quilombo, em Porto Alegre, e o do Paredão, em Taquara – e descreveu cerâmicas artesanais e louças localizadas nesses sítios, examinando os possíveis critérios de seleção desses locais com base em referenciais cosmológicos africanos. Thiesen et al. (2011) trataram da charqueada do Carreiros, em Rio Grande, associando História e Arqueologia e buscaram compreender a relação dessa charqueada com a sociedade riograndina da época. Estudando charqueadas, Rosa (2012) buscou, em seu mestrado, compreender a dinâmica de funcionamento e a atuação da mão de obra escrava na região. Em 2017, Bruno Ranzani da Silva defendeu

seu doutorado no MAE/USP, intitulado “Descobrimos a Chácara e a Charqueada, pela arqueologia pública”, trazendo uma abordagem de vanguarda, o autor analisa as relações entre saberes locais e arqueológicos na construção do conhecimento sobre o passado.

As escavações arqueológicas em engenhos dos séculos XVIII e XIX, situados na região da Bacia do Rio Manso, na Chapada dos Guimarães-MT (SYMANSKI; SOUZA, 2001 apud SYMANSKI, 2007), revelaram “uma diversidade de contextos, artefatos que somente podem ser entendidos considerando sua participação em práticas relacionadas a sistemas de crenças de origem africana” (SYMANSKI, 2007, p. 10). Symanski, em seu doutoramento (2006), analisou os documentos históricos e o registro arqueológico buscando revelar os processos de formação de diferentes grupos de escravizados, associados ao emprego da mão de obra em plantações na Chapada dos Guimarães (SYMANSKI, op. cit., p. 1). No ano de 2012, o mestrado de Patrícia Marinho de Carvalho tratou da comunidade do Boqueirão, em Vila Bela da Santíssima Trindade, e procurou interpretar processos culturais nessa área remanescente de quilombo por meio de sua relação com elementos da paisagem, em especial, com as árvores. Em 2018, concluiu seu doutorado tratando da mesma comunidade do Boqueirão, só que dessa vez abordando questões relacionadas à visibilidade do negro, por meio de uma arqueologia do abandono.

Para Goiás, os trabalhos desenvolvidos por Souza trouxeram importantes contribuições acerca das discussões sobre a Arqueologia da Diáspora Africana. Toma-se, como exemplo, o trabalho desenvolvido pelo autor no Engenho de São Joaquim, datado de 1800, e que ainda tem sua sede preservada (SOUZA, 2011). O trabalho de Tedesco, desenvolvido no bojo do Projeto de Resgate Arqueológico nas obras de adequação da cidade de Goiás, analisou os elementos simbólicos expressos na decoração dos utensílios cerâmicos produzidos pelos africanos escravizados (TEDESCO, 2009). Nóbrega discu-

te em seu mestrado a possibilidade de, por meio da diversidade da decoração impressa na cerâmica do sítio histórico Maria Mendes, do início do século XIX, “entender as expressões decorativas como forma de representação sociocultural, agenciadas pela(o) oleira(o), o decurso de sua trajetória de vida, da África para o Brasil, dentro do contexto histórico da Província de Goiás” (NÓBREGA, 2014, p. 17).

Guimarães e Lanna (1980) apresentam um trabalho nos quilombos do Vale do Jequitinhonha e da Serra da Canastra, no estado de Minas Gerais. Nesses estudos, os autores se preocuparam principalmente em descrever o material arqueológico recuperado, caracterizando-os em fragmentos de cerâmicas, cachimbos, entre outros. Mais recentemente, em escavações realizadas no quintal de uma residência do século XVIII, localizada em Diamantina-MG, Paiva et al. (2015) analisaram fragmentos de cachimbos relacionados a africanos escravizados como elementos importantes no entendimento das tramas socioculturais no contexto escravista.

Além dos trabalhos citados, vários artigos publicados em periódicos, capítulos de livros e em anais de congressos têm trazido à baila importantes aspectos sobre as materialidades manipuladas pelos africanos em todo o território nacional, tanto durante a vigência do sistema escravista quanto no contemporâneo.

## **Paisagens de uma Diáspora Africana no Litoral Norte Paulista: da (in)visibilidade dos locais de desembarques e de refúgios**

Desde a segunda metade do século XVIII que o comércio de africanos escravizados começou a perder legitimidade no mundo Atlântico, até tornar-se ilegal no segundo quartel do século XIX, na

maior parte dos países que o praticavam. Esse movimento acabou gerando uma pressão maior ainda no Brasil, sem, é claro, desconsiderar a pressão já exercida pelo governo britânico. Por isso, em 7 de novembro de 1831, o governo Imperial brasileiro promulgou uma lei proibindo a entrada de africanos escravizados, prevenindo, inclusive, severas penas para quem vendesse, transportasse ou comprasse africanos traficados em todo o território brasileiro (MATTOS, 2013, p. 8).

Até a promulgação dessa lei, todos os desembarques de africanos deveriam ser realizados nos portos oficiais, para fins de arrecadação de impostos e controle do Estado. Apesar disso, para Rodrigues (2005), alguns desembarques aconteceram ao longo do litoral brasileiro, visando burlar o controle do Estado, escapar das altas taxas cobradas e fazer com que os escravizados chegassem mais rápido ao seu destino.

No entanto, com a lei de 1831 em vigor, os desembarques não deveriam mais acontecer em solo brasileiro, mas não foi isso que se sucedeu. As viagens do continente africano para o Brasil continuaram acontecendo, no entanto, agora os destinos eram outros: as enseadas ermas e as praias distantes dos centros urbanos, mas próximas dos mercados consumidores (RODRIGUES, 2005). Para a recepção desse contingente de escravizados, uma grande logística ilegal precisou ser instaurada. Entre outras ações, estruturas precisavam ser construídas em locais próximos das praias destinadas aos desembarques, e visavam ao restabelecimento dos africanos, que depois de longas viagens encontravam-se debilitados e/ou doentes.

### Os textos historiográficos

Além da demanda do mercado interno, os contornos sinuosos e as praias abrigadas, que marcam inúmeras porções da costa

brasileira, são aqui entendidos como facilitadores nessa logística, uma vez que possibilitaram a discreta aproximação das embarcações. Tais características eram determinantes para o estabelecimento do apoio logístico, e isso tinha influência direta no número de pessoas envolvidas e nos gastos imputados. Nesse sentido, os traficantes buscaram “[...] novas táticas para efetuar o contrabando, tanto em mar como em terra (entre elas, podemos apontar a crescente busca de portos mais isolados para o desembarque de negros)” (BOCCIA; MALERBI, 1977, p. 334).

Vários autores apontam locais onde os desembarques aconteceram, no entanto, muitas vezes, está indicado apenas o estado, o município, não indicando os pontos de desembarques, por exemplo. Quando os nomes das praias são indicados e estão associados a um município diferente do que hoje em dia conhecemos, são desconsiderados, pois opção adotada é pela divisão municipal atual. Na dúvida sobre a qual município pertencia à praia indicada, desconsiderou-se a praia.

Apesar de todo o foco ter sido dado às modificações empregadas nas logísticas envolvidas nos desembarques ilegais, tais mudanças não se restringiam somente nas tentativas de escapar da fiscalização britânica e/ou brasileira. As modificações atribuídas aos mecanismos envolvidos no tráfico de africanos nos idos do segundo quartel do século XIX visavam, sobretudo, a manutenção de uma atividade demasiadamente lucrativa, em que qualquer empecilho demandaria empenho visando à desobstrução do caminho.

Apesar das referências aos desembarques nas praias, Carvalho adverte que ainda é uma incógnita como o tráfico era “efetivamente operacionalizado nas praias brasileiras, como era a chegada de um navio negreiro fora dos portos das capitais, como se davam os desembarques” (CARVALHO, 2012, p. 225). Acredita-se que muitas pessoas estavam envolvidas, mas, pouco se sabe sobre quem

de fato trabalhava nisso, o que era preciso para a recepção dos africanos, como se dava as ações voltadas à recuperação física – tão prejudicada pelas longas viagens – e como era feita a recepção, acomodação, vigilância e tratamento dos recém-desembarcados.

De qualquer forma, diversas mudanças atribuídas ao comércio negreiro após a Lei Feijó ratificam a defesa de Mamigonian sobre a lei de 1831, “que não pode ser entendida apenas para inglês ver e escravista nenhum botar defeito” (MAMIGONIAN, 2017, p. 8). Ela provocou significativas transformações no *modus operandi* da população brasileira, ainda que não tenha conseguido atingir seu objetivo que era extinguir o comércio de africanos.

### Um olhar a partir da Oceanografia

A Oceanografia possibilita o estudo de diversos compartimentos relacionados ao ambiente aquático, com fundamentos que abarcam as áreas física, química, biológica e geológica. Essa multidisciplinaridade possibilita o uso de ferramentas para o entendimento, por exemplo, dos processos pós-deposicionais a que um sítio arqueológico que se encontra total ou parcialmente submerso pode estar sujeito.

Nesse sentido, o presente artigo se apoiou em dois segmentos marinhos distintos: as correntes (oceânicas e costeiras) e a dinâmica costeira (em particular, aquela relacionada aos fenômenos de progradação). A escolha desses segmentos se deu por dois motivos: 1) características das correntes marinhas certamente interferiram na escolha dos locais de desembarque; 2) as dinâmicas de progradação podem contribuir na identificação de áreas com potencial para conter evidências arqueológicas enteradas na zona entremarés.

## Correntes marinhas

As correntes marinhas são consideradas como verdadeiros rios de água salgada e, com as ondas e marés, constituem os três principais movimentos oceânicos. Conhecer a direção e intensidade das correntes poderia, grosso modo, fazer a diferença entre a chegada ou não das embarcações na data estipulada a um determinado ponto da costa. Sem dúvida, a experiência e a perspicácia dos capitães dos navios negreiros foram cruciais para o sucesso de muitas viagens.

Para Carvalho, com os desembarques acontecendo fora dos portos tradicionais, a própria chegada ao ponto exato de desembarque por si só já era uma atividade complexa, pois os capitães das embarcações não podiam mais se guiar por faróis, que os orientava “[...] evitando mais facilmente os arrecifes, os bancos de areia, sendo informados das correntes mais fortes [...]” (CARVALHO, 2012, p. 228).

É importante destacar que existiam diferenças significativas entre os embarques e os desembarques realizados pelas praias. No embarque, por mais que o temor de apreensão por parte dos traficantes existisse, os africanos, na maioria das vezes, ainda estavam em condições físicas razoáveis. Nesse sentido, o transporte em pequenas embarcações que faziam o traslado até os negreiros, por mais que enfrentassem ondas altas e distâncias por vezes significativas, não encontravam mais dificuldades do que aquelas já previstas, visto que os africanos podiam sustentar seus corpos e com isso colaborar no equilíbrio da embarcação. Nos desembarques, os africanos estavam debilitados, devido principalmente à má alimentação e à escassa ingestão de água, além de que, em muitos casos, estavam doentes e cegos. Além, é claro, do escorbuto, que acometia não só os africanos como também a tripulação, ocasionado pela falta de ingestão de vitamina C e alimentos frescos. Em viagens que podiam durar 60 dias, ingerindo em média meio litro

de água por dia, em interiores de embarcações cujas temperaturas ultrapassavam os 40 graus Celsius, os africanos que conseguiam resistir à travessia chegavam em condições severas de debilidade física (RODRIGUES, 2005; CARVALHO, 2012). Por esse motivo, não era uma ação simples a passagem desses africanos para as pequenas embarcações de apoio que os levariam até as praias. A fragilidade física poderia provocar instabilidades nos barcos, ou mesmo quedas no mar. Segundo Carvalho (2012, p. 233) “os cativos chegavam estropiados, desidratados, esfomeados, muitos certamente incapazes de se segurarem com firmeza”. Por isso, nesses pontos de desembarque, quanto mais calmo estivesse o mar, quanto mais protegido visualmente dos portos principais ou dos núcleos urbanos, quanto mais fácil fosse o acesso a fontes de água doce, a estruturas de recepção minimamente implantadas e, quanto mais próximo do destino final estivessem, maior seria a probabilidade de sucesso.

As embarcações que saíam dos portos localizados na costa africana subsaariana, provavelmente navegavam sentido norte pela Corrente de Benguela até a altura da Linha do Equador, quando aproveitavam a Corrente Sul Equatorial até chegarem próximos ao continente sul americano. Desse ponto em diante já era possível seguir pela corrente do Brasil para alcançar os pontos localizados no Nordeste, Sudeste e Sul do país. Para acessar os portos da região Norte, mantinha-se a Corrente Norte Equatorial (MACHADO et al., 2011). As direções, assim como a intensidade das correntes, até hoje são fundamentais na hora de efetuar os cálculos de navegação, mesmo com embarcações à propulsão.

Nos séculos que antecederam às primeiras embarcações a vapor, as dificuldades impostas pelas navegações oceânicas eram muitas. Os próprios fatores naturais, como tempestades e calmarias, além das limitações impostas pelos instrumentos de navegação utilizados na época – que, com exceção da bússola, se resu-

miam, em grande parte, a instrumentos utilizados para a leitura das estrelas – tornavam ainda mais importante o conhecimento das variáveis oceânicas a fim de otimizar as viagens.

Caso se contasse com ventos constantes, com destaque para os alísios e condições climáticas favoráveis, em tese, era apenas uma questão de tempo até a chegada próxima ao ponto marcado. Para Carvalho, não era:

[...] qualquer ponto da costa que servia para desembarque de cativos. E mesmo nos locais adequados, não era a qualquer hora ou maré. O momento certo, de mar calmo, não podia ser desperdiçado. (CARVALHO, op. cit., p. 230).

Mesmo após ter vencido a navegação oceânica, era preciso vencer a navegação costeira. Além disso, em teoria, era possível construir na praia alguma estrutura alta para sinalização, ou, no mínimo, uma fogueira, mas isso não bastava para que as embarcações aportassem com segurança. Era necessário atingir o ponto exato de entrada da barra, para que a aproximação fosse feita de maneira segura e sem atropelos. Isso para que os envolvidos no apoio aos desembarques pudessem começar a agir. Mesmo com a embarcação ancorada, o risco de naufrágio não era o único problema a ser enfrentado por um negreiro que errasse a rota. Para Carvalho,

[...] se um navio negreiro fosse parar na praia errada, o potentado local que controlava o acesso a ela por terra poderia muito bem aproveitar a situação para se apropriar dos cativos desembarcados sem sua autorização (CARVALHO, 2012, p. 241).

Com pouca margem para erros, os capitães das embarcações que traziam os africanos para o Brasil e, em especial, para o Lito-

ral Norte paulista, precisavam ter muita técnica, astúcia e conhecimento dos recortes das bordas continentais para que pudessem fundear no lugar certo. O conhecimento da dinâmica das correntes oceânicas e costeiras era essencial, as variações de maré influenciadas pelas fases da lua e suas díspares amplitudes, assim como as alterações que o oceano sofria por meio das mudanças climáticas relacionadas às estações do ano eram fundamentais para minimizar os riscos a que tal atividade estava exposta.

## A Progradação

De acordo com Rocha (2011, p. 57), “os agentes erosivos marinhos (maré, onda, corrente, variação do nível do mar), associados aos fluviais e eólicos, são os responsáveis pela fisionomia da zona costeira”. Alguns fenômenos relacionados à dinâmica sedimentar podem colaborar nas interpretações relativas às movimentações de sedimentos na zona entremarés. No presente artigo, o fenômeno escolhido foi a progradação, tal escolha se deu pelo fato de que o sedimento movimentado, de forma positiva ou negativa, ainda permanece no sistema (LIMA; OLIVEIRA, 2012). A progradação pode ser “positiva ou negativa”, que se considera positiva quando ocorre o acréscimo de sedimento na zona praial e negativa quando acontece a retirada desse sedimento. Deve-se atentar ao fato de que esse movimento é influenciado por vários fatores, tanto naturais, quanto antrópicos. No entanto, apesar da progradação negativa provocar uma retirada de sedimento da zona praial, o fenômeno nada tem a ver com os processos erosivos a que esses ambientes estão expostos, em que os processos erosivos vão retirar o sedimento de uma determinada área e a remobilização não voltará a acontecer no mesmo local e nem com a mesma intensidade com que foi retirada (SOUZA, 2009). O conhecimento dos

mecanismos de progradação de uma determinada praia, associado a outras variáveis, como a taxa de sedimentação, por exemplo, podem apontá-la ou não como potencial para a identificação de evidências arqueológicas enterradas na zona entremarés.

Como exemplo do potencial da zona entremarés, segue o exemplo de uma situação que ocorreu na face leste do município de Ilhabela. Após um período de fortes chuvas que assolaram a região, provocando aumento na intensidade das ondas que chegavam a praias e o acréscimo do volume hídrico de um riacho que desemboca no canto sul da praia dos Castelhanos, foi registrado sob suas areias a presença de uma embarcação de madeira. Segundo Cintia Bendazzoli, arqueóloga responsável pelo cadastro do bem, acredita-se que a embarcação seja oriunda do Norte da Europa e o resultado da datação absoluta (C14) a situou no século XIX (1840: ± 30 A.P). A figura abaixo (Figura 2) mostra os destroços da embarcação à época do cadastro. A Figura 3 foi obtida em setembro de 2016 na área onde os destroços haviam sido identificados, estando, à época do registro, totalmente enterrados.



**Figura 2.** Embarcação exposta na época do cadastro (Fonte: Vanessa de Paula/PMI. Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI237813-17770,00-PIRATAS+DE+ILHABELA.html> Acesso em: 12/11/2016).



*Figura 3. Local onde a embarcação está enterrada (Fonte: Luciana Bozzo Alves, 2016).*

Importante ressaltar que a intensa ocupação do Litoral Norte paulista a partir da década de 1950 acarretou distintas interferências sobre o compartimento costeiro. Essas interferências são caracterizadas pela construção de aterros em manguezais, retificações dos leitos dos rios, rebaixamento do lençol freático e extração das areias das praias, que acarretaram diversas e expressivas alterações no balanço sedimentar da costa (TESSLER et al., 2006).

### **Olhar a partir da Arqueologia: algumas possibilidades**

Os métodos utilizados para obtenção de informações da área em tela tiveram uma abordagem multidisciplinar, pois contaram, inicialmente, com prospecção de superfície em alguns locais com potenciais para os desembarques ilegais de africanos. Por isso, procurou-se por textos que indicassem as praias e seus municípios, visto que um mesmo nome de praia pode ocorrer em municípios diferentes. Foram acrescentados a essa lista as praias relacionadas aos desembarques ainda presentes na memória dos moradores de algumas

comunidades visitadas (comunidades caiçaras e quilombolas). Em posse dessas informações, foram selecionados os pontos que seriam alvos de prospecções, objetivando avaliar os diversos compartimentos e eleger as variáveis que ratificariam ou refutariam a indicação de tais locais como potenciais aos desembarques ilegais. A partir de então, foram realizadas prospecções orientadas nos segmentos praias que objetivaram o registro fotográfico, videográfico e a localização de fontes de água doce próximas às praias, além da observação das condições de mar e das variáveis de relevo. Foram avaliados os compartimentos topográficos, a fim de entender como pode ter se dado a apropriação das áreas do entorno, na realização dos eventuais desembarques. Conversas foram feitas com moradores de comunidades caiçaras e de comunidades quilombolas, objetivando a obtenção de informações relativas ao período da escravidão, em particular, aquelas relacionadas a praias utilizadas nos desembarques.

A partir de então, elencam-se as possibilidades de abordagens arqueológicas e etnográficas em contextos de diáspora, de acordo com os compartimentos de paisagens identificados na área de estudo:

- **No ambiente terrestre:** antigas fazendas de cana-de-açúcar e café; engenhos de açúcar e aguardente; vestígios das estruturas para recepção de africanos durante o período da ilegalidade; abrigos naturais apropriados como refúgio por africanos durante a vigência do sistema escravista; comunidades quilombolas;

- **Na zona entremarés:** evidências diversas posicionadas intencional ou acidentalmente na interface água/terra;

- **Em ambiente aquático:** naufrágios de embarcações utilizadas no comércio/tráfico negreiro; evidências abandonadas, como correntes, grilhões e outros itens que figuravam nos interiores das embarcações envolvidas no tráfico de africanos.

A partir dessas possibilidades, os desafios impostos foram muitos e se deram a princípio pelo grau de dificuldade na identifi-

cação de algumas dessas evidências. Grosso modo, algumas tipologias apresentam mais facilidade de ser identificadas e acessadas que outras. Em um primeiro grupo estão as antigas fazendas de cana-de-açúcar e café, os engenhos de açúcar e aguardente e comunidades quilombolas. Todas essas evidências estão no ambiente terrestre e o acesso a elas pode ser feito, na maioria das vezes, sem grandes dificuldades.

O outro grupo refere-se às evidências mais difíceis de ser identificadas e que dependem de outras variáveis que vão interferir de maneira direta na possibilidade de localização, identificação, formação e permanência do registro arqueológico. Estão nesse grupo os abrigos naturais apropriados como refúgios por africanos durante a vigência do sistema escravista, ou mesmo até os primeiros anos do pós-abolição. Em relação aos vestígios das estruturas de recepção para acomodar os africanos após os desembarques, entende-se que essas evidências apresentam um grau de dificuldade ainda maior em relação a sua identificação e isso se deve, muitas vezes, à perecibilidade do material utilizado nessas construções, que, na maioria dos casos, poderia não resistir ao passar dos anos. Segundo Carvalho (2012):

Fim do tráfico liquidaria muitos negócios locais, vinculados aos inúmeros barracões para depósito de “africanos novos”, que viriam a ser queimados pelas autoridades brasileiras encarregadas de exterminar o tráfico (CARVALHO, op. cit., p. 240).

Ainda de acordo com o autor, as praias do tráfico encheram-se de barracões com a finalidade de receber os africanos recém-desembarcados e, em muitos casos, eram estruturas impressionantes, aptas a receber centenas de pessoas de uma só vez. Algumas evidências, antes descritas como depositadas em ambiente submerso,

podem ser localizadas também na zona entremarés e podem incluir vestígios associados a embarcações utilizadas no período da ilegalidade e que foram abandonadas ou incendiadas na praia, ou ainda, itens utilizados para aprisionar os africanos, tais como correntes, grilhões, gargalheiras, entre outros, que podem ter sido abandonadas nas praias após os desembarques e, com o passar do tempo, acabaram sendo enterradas na interface água/terra.

Para o caso das evidências localizadas em ambiente aquático, além dos sítios de naufrágios de embarcações utilizadas no comércio/tráfico negreiro, podem também ser considerados os objetos utilizados para aprisionar os africanos e os utensílios utilizados para o armazenamento de alimentos e água. Nesse contexto, tais evidências eram descartadas no mar, enquanto as embarcações estavam atracadas efetuando os desembarques, para posteriormente darem entrada nos portos sem levantar suspeitas, a fim de serem abastecidas com produtos tropicais para retornarem à Europa (CARVALHO, 2012).

Em relação aos sítios de naufrágios, é importante ressaltar que são os mais difíceis de serem identificados devido à necessidade de identificação de detalhes construtivos e possíveis arranjos internos que possam ser associados ao tráfico de africanos. Como exemplo, pode-se apontar a ocorrência de escotilhas gradeadas, grande quantidade de lastro, presença de correntes, algemas, gargalheiras e demais itens utilizados na contenção e aprisionamento dos africanos, quantidade excessiva de recipientes para armazenamento de água e alimentos, entre outros. Mas, as embarcações utilizadas no transporte de africanos eram fabricadas de madeira e com propulsão a vento. Devido ao tempo significativo de permanência sob as águas sofrendo processos físicos e químicos, o que geralmente pode ter restado nesses sítios de naufrágios são os cascos. As demais estruturas que compunham as embarcações acima da “linha d’água” ge-

ralmente são rapidamente destruídas, devido principalmente à dinâmica das correntes de fundo. Por isso, a dificuldade de associar assertivamente uma embarcação naufragada ao seu envolvimento no comércio de africanos escravizados se dá principalmente pelo fato de que as adequações estruturais que essas embarcações eram submetidas e que possibilitariam sua associação ao comércio transatlântico de africanos estavam todas localizadas acima da linha d'água. Nos levantamentos efetuados para esta dissertação, identificou-se que apenas seis sítios de naufrágios de navios negreiros foram alvo de pesquisas arqueológicas no mundo (ALVES, 2016).

Das várias atividades praticadas nos pontos de desembarques, o descarte dos itens associados ao transporte de africanos era constante, como se observa nas palavras de Carvalho “[...] não bastava livrar-se de correntes e outros equipamentos próprios do tráfico” (CARVALHO, 2012, p. 247). Para esse autor, o ato de se livrar das correntes, grilhões, grande quantidade de recipientes para o armazenamento de alimentos e água, além de outros itens presentes nas embarcações e característicos ao tráfico negreiro, acabam criando uma possibilidade de abordagem arqueológica, pois podem ter sido descartados no local de atracamento das embarcações (nesse caso, estariam submersos), ou terem sido em parte descartados no mar e em terra na chegada dessas embarcações as praias.

O ato de livrar-se das evidências do tráfico também estava associado aos tipos de acordos firmados com os proprietários das terras que davam acesso aos pontos utilizados nos desembarques, além daqueles responsáveis pelas estruturas em terras para receber os africanos, pois, segundo Carvalho, “quanto melhor o porto natural, quanto mais pronta e segura a estrutura de recepção, mais rápido, discreto e bem-sucedido o desembarque” (CARVALHO, op. cit., p. 256). A qualidade das estruturas de recepção, aqui apontadas como “mais pronta e segura”, também era,

segundo o autor, considerada no momento da escolha dos locais para os desembarques.

Outro fator importante, relacionado às condições climáticas e de navegabilidade era a sazonalidade, considerada para os desembarques. De acordo com Florentino (2008, p. 60), ela atendia a uma “lógica empresarial escravista”, sendo mais frequentes na primavera e no verão, com pico no verão.

A escolha do local, além da proximidade do centro consumidor, distância dos núcleos urbanos, também levava em consideração as condições marítimas, variáveis ambientais, como o relevo, além da facilidade de acesso a fontes de água doce, visando ao restabelecimento dos africanos recém-desembarcados. Deveria ser considerada a vegetação e o terreno que precisariam ser vencidos para que chegassem até o ponto de destino, que podia ser um comprador específico ou até um ponto de venda, onde vários compradores teriam acesso aos africanos. Todos esses fatores tinham influência direta na dinâmica do tráfico em si.

### **Caminhos trilhados**

Um dos caminhos utilizados foi a interlocução com moradores locais, a fim de identificar, por meio das narrativas orais, possíveis memórias de lugares onde esses desembarques foram realizados. As interlocuções foram possíveis com as comunidades das praias de Picinguaba, Almada, Brava de Almada e Camburi, em Ubatuba; da praia dos Castelhanos, em Ilhabela; e das praias de Toque-Toque Grande e Barra do Saí, em São Sebastião.

A partir da junção das informações obtidas nos textos historiográficos e das narrativas orais, elaborou-se uma lista com possíveis locais utilizados para os desembarques de africanos durante o período da ilegalidade.

Tabela 01: Locais indicados como pontos de desembarque de africanos escravizados no período da ilegalidade.

Local de desembarque	Município	Fonte
Praia Barra Seca	Ubatuba	RODRIGUES, 2005
Praia de Fortaleza	Ubatuba	OLIVEIRA, 1977.
Praia da Caçandoca	Ubatuba	OLIVEIRA, 1977, p. 89; JOSÉ PEDRO, 2016 (líder comunitário do Quilombo da Fazenda Picinguaba).
Praia de Ubatumirim	Ubatuba	OLIVEIRA, 1977, p. 89; JOSÉ PEDRO, 2016 (líder comunitário do Quilombo da Fazenda).
Praia de Maranduba	Ubatuba	ALONSO, 2006.
Praia da Lagoinha	Ubatuba	BOCCIA; MALERBI, 1977; ALONSO, 2006.
Praia do Bonete	Ubatuba	MARCÍLIO, 2006.
Praia da Fazenda	Ubatuba	JOSÉ PEDRO, 2015 (líder comunitário do Quilombo da Fazenda); BENEDITO CORREIA DA SILVA (Pu), 2015 (pescador aposentado da comunidade da Praia de Picinguaba); BENEDITO CONCEIÇÃO (Seu Dico), 2015 (pescador aposentado da comunidade da Praia de Almada); IRMANDINO DE SOUZA (Seu Mandico), 2015 (zelador da Praia Brava de Almada).
Praia de Prumirim	Ubatuba	ELIAS LOPES DE OLIVEIRA, 2015 (pescador da comunidade da Praia de Picinguaba).
Praia de Picinguaba	Ubatuba	JOSÉ PEDRO, 2015 (líder comunitário do Quilombo da Fazenda).

Local de desembarque	Município	Fonte
Ilha dos Porcos	Ubatuba	IRMANDINO DE SOUZA (Seu Mandi-co), 2015 (zelador da Praia Brava de Almada).
Praia de Tabatinga	Caraguatatuba	ALONSO, 2006; MARCÍLIO, 2006.
Ilha do Tamanduá	Caraguatatuba	BOCCIA; MALERBI, 1977.
Praia da Barra do Sahy	São Sebastião	ALONSO, 2006; RODRIGUES, 2005.
Praia de Boraceia	São Sebastião	ALONSO, 2006; RODRIGUES, 2005.
Praia de Toque-Toque Grande	São Sebastião	BOCCIA; MALERBI, 1977; JOSÉ PEDRO, 2016 (líder comunitário do Quilombo da Fazenda Picinguaba); ALONSO, 2006.
Praia da Barra do Una	São Sebastião	ALONSO, 2006.
Praia dos Castelhanos	Ilhabela	NOFFS, 2007; FERNANDO DE SOUZA RANGEL (Formiga), 2016 (comunidade da Praia de Castelhanos).
Saco do Sombrio	Ilhabela	FRANÇA, 1954; RODRIGUES, 2005; FERNANDO DE SOUZA RANGEL (Formiga), 2016 (comunidade da Praia de Castelhanos).
Praia da Figueira	Ilhabela	NOFFS, 2007; FERNANDO DE SOUZA RANGEL (Formiga), 2016 (comunidade da Praia de Castelhanos).

*Fonte: Elaboração dos próprios autores, 2018.*

Para o município de Ubatuba, foram indicadas 11 praias, além de outras três indicações do município, sem identificar a praia. Em Caraguatatuba, devido ao menor número de praias, dois locais foram indicados para os desembarques, além de outras três indica-

ções do município sem especificar a praia. Em São Sebastião, quatro praias são indicadas, além de um grande trecho desde a desembarcadura do Rio Una até o centro urbano de São Sebastião. Esse município ainda tem outras quatro indicações, sem indicar a praia onde provavelmente os desembarques aconteceram. Finalmente, para o município de Ilhabela, três locais são indicados como possíveis pontos de desembarque, todos eles localizados na Baía de Castelhanos, face leste da ilha. Além de uma indicação que não especifica a praia.

Em posse dessa lista, programaram-se prospecções extensivas de superfície em 16 locais, objetivando, inicialmente, um caminhar em todo o segmento praial. Com exceção da Praia do Bonete, em Ubatuba, as demais praias continentais indicadas foram alvo de prospecções. Três praias insulares (Praia da Ilha dos Porcos e Ilha do Prumirim, no município de Ubatuba, e Ilha do Tamanduá, em Caraguatatuba) não foram alvo das prospecções de superfície, porque a orientação das praias atribuía a elas um caráter abrigado, o que não alteraria, a princípio, a leitura pelo viés oceanográfico.

As prospecções de superfície permitiram a obtenção de informações relevantes que objetivaram elencar parâmetros para que os desembarques clandestinos tivessem alguma possibilidade de ter acontecido nesses locais. Dessa forma, as seguintes características foram avaliadas em cada um desses locais:

- Distância no núcleo urbano;
- Extensão do segmento praial;
- Características gerais das ondas que chegam à praia;
- Fase da lua no período da prospecção;
- Declividade da plataforma continental;
- Profundidade média em maré baixa de sizígia;
- Declividade nas porções imediatas à faixa de areia;
- Presença ou ausência de cursos de água;
- Fator (in)visibilidade.

Após as avaliações desses locais, os resultados geraram um “ranking”. Nesse sentido, os cinco locais com mais probabilidade de ter sido utilizados para os desembarques de africanos no período da ilegalidade são: Praia dos Castelhanos – (Ilhabela), Praia de Ubatimir (Ubatuba), Saco do Sombrio (Ilhabela), Praia da Fazenda (Ubatuba) e Praia de Toque-Toque Grande (São Sebastião), respectivamente.

Além dos locais com potencial para os desembarques clandestinos, outros locais associados à ocupação por parte dos africanos durante a vigência do sistema escravista foram considerados como paisagens dessa diáspora. Como a Toca da Josefa, por exemplo, que segundo alguns moradores, foi utilizada como local de moradia por muito tempo por uma africana escravizada que havia fugido e se apropriado desse abrigo natural, localizado em Ubatuba, nas terras hoje pleiteadas pela Comunidade do Quilombo do Camburi. No município de Ilhabela, em conversa com moradores da praia dos Castelhanos, foi ratificada a história do africano Estevão, já indicada na bibliografia consultada (MERLO, 2005), a qual aponta que existia uma toca no meio da mata onde esse africano possivelmente se refugiava, e o local é conhecido até os dias de hoje como a “Toca do Estevão”. Da mesma forma que essas histórias ainda estavam presentes na memória de alguns moradores, outros locais associados à possível permanência dos africanos escravizados foram checados, sendo apresentadas a seguir as impressões preliminares.

## Desafios e possibilidades de uma abordagem arqueológica

A partir dos levantamentos realizados, propõe-se uma abordagem experimental e preliminar mais orientada, a fim de avaliar

possíveis conexões existentes entre a Praia de Ubatumirim e da Fazenda, ambas localizadas a nordeste do centro urbano de Ubatuba.

### Praia de Ubatumirim – Praia de Almada

**Ilhota do Negro:** localizada na enseada de Ubatumirim, a leste da ilha Redonda, a pequena Ilha de Pedra, de aproximadamente 50 x 45 m, ainda povoa as lembranças de muitos moradores das praias de Almada, Engenho e Brava de Almada. Segundo narrativas locais, os africanos escravizados que trabalhavam em um engenho nas proximidades da Praia de Almada, quando desobedeciam às ordens ou manifestavam qualquer tipo de resistência, eram deixados nessa ilha como punição, lá permanecendo apenas com água até que o proprietário do engenho determinasse a reintegração ao grupo.



**Figura 4.** Possíveis conexões entre a Ilhota do Negro e a Gruta de Ubatumirim  
**Fonte:** Google Earth, elaboração: os autores, 2019.

**Gruta de Ubatumirim:** escondida em meio à mata atlântica, a pequena gruta é um local conhecido por alguns moradores, principal-

mente pelas histórias associadas aos africanos escravizados que escapavam das punições da Ilhota do Negro. A narrativa está associada aos africanos que conseguiam escapar e nadar da ilhota, que se refugiavam nessa gruta a fim de restabelecer as energias antes de fugir para lugares mais distantes.

### Praia Brava de Almada – Praia da Fazenda

**Ruínas da Praia Brava de Almada:** em meio à vegetação da Praia Brava de Almada, foram identificadas algumas ruínas de pedra, caracterizadas por um pilar, fragmentos de muros, possível retificação de um pequeno córrego, além de discretas evidências de um piso de pedras. Essas ruínas constam na tese de Amenomori (2005), no entanto, apenas figurando em um mapa. Nenhum dos moradores com quem se conversou soube dizer do que se tratavam. Em conversas com o senhor Mandico, que desde pequeno sabe “daquelas pedras”, disse que *“coisa boa não era, senão todo mundo sabia”*. Depois de muita conversa, ele falou que existe um pequeno caminho que liga aquele canto onde estão as ruínas até a Praia da Fazenda.

Devido às condições oceanográficas complexas que a Praia Brava de Almada apresenta, a ocorrência daquelas estruturas em pedras pode estar associada à logística ilegal envolvida no tráfico de africanos, em particular, àqueles desembarcados na Praia da Fazenda. Utilizando a trilha para chegar à praia Brava de Almada, esses africanos poderiam alcançar as instalações, com rápido acesso também à água potável. Nesse sentido, essa possível estrutura de recepção podia acomodar uma quantidade significativa de africanos, sem chamar a atenção. Outro fator que pode estar associado à segurança que o local traria para esse tipo de empreitada é a própria matéria-prima com que foi construída, pois a construção em pedras atribui à estrutura um caráter imponente e que pressupõe certa

estabilidade. Com farta presença de água doce no local, barreiras naturais a leste e a oeste e uma praia para onde não seria atraída nenhuma embarcação, esse seria um local ideal para a fixação de uma estrutura desse porte sem que se levantassem suspeitas.



**Figura 5.** Possíveis conexões entre as ruínas na Praia Brava de Almada e os desembarques ilegais na Praia da Fazenda (Fonte: Google Earth, elaboração: os autores, 2019).

## Vislumbres finais

Este artigo objetivou compreender os processos históricos relacionados à diáspora africana no Litoral Norte de São Paulo a partir de uma perspectiva arqueológica. Esforços foram empreendidos no sentido de mapear a documentação concernente ao tráfico de africanos escravizados, além de buscar identificar, por meio da leitura do ambiente e dos recortes nas bordas continentais dos municípios abordados, evidências materiais da diáspora africana. Também serviram de apoio as observações empíricas dos fenômenos abarcados pela Oceanografia nos locais prováveis destinados aos desembarques ilegais.

De uma maneira geral, o Litoral Norte paulista apresenta-se como uma região com alto potencial para a identificação de sítios arqueológicos, sejam eles relacionados ao período pré-colonial, como os sambaquis, sítios líticos e cerâmicos, como também aos sítios associados ao período colonial, sejam ruínas das antigas fazendas cafeeiras, engenhos de cana-de-açúcar e aguardente, ou de possíveis evidências materiais associadas ao tráfico de africanos. Ainda possibilita estudos de cunho etnográfico, colaborativo, nas comunidades distribuídas pela área, sejam elas quilombolas ou caiçaras.

A integração de fontes utilizadas visou ao entendimento das possibilidades de interpretação dos mecanismos relativos ao tráfico de africanos, a fim de indicar possíveis caminhos que levassem à localização de evidências materiais que pudessem ser associadas à diáspora africana. O desafio do presente estudo deveu-se a uma leitura do ambiente que não se restringisse ao fator terrestre, pois englobou informações do ambiente aquático, associadas a uma percepção da paisagem no sentido de que certa invisibilidade traria sensação de segurança e talvez imputasse menos pressa na execução das atividades relativas aos desembarques e preparo das embarcações para a entrada nos portos convencionais.

Foi, ainda, realizada uma abordagem piloto a partir do que foi apresentado neste artigo e tal investida acabou por apontar locais potenciais com possíveis conexões entre si, localizados a nordeste do centro urbano de Ubatuba. De um lado, a ilha do negro, onde ainda permeia a lembrança de alguns moradores como possível local de punição de africanos escravizados, que na visão do antigo proprietário do engenho, mereciam ser castigados. De outro lado está a pequena gruta, que pode ter servido de abrigo temporário para os africanos que conseguiam escapar de castigo na Ilhota do Negro. Além disso, as evidências de construção em pedras, cujas ruínas foram localizadas na Praia Brava de Almada, podem estar as-

sociadas a estruturas de recepção de africanos. A figura a seguir (Figura 6) exhibe a espacialização desses locais a nordeste de Ubatuba.



*Figura 6. Possíveis conexões (Fonte: Google Earth, elaboração: os autores, 2019).*

E, por fim, buscando fazer uma crítica à visão de que o estado de São Paulo não teria sido palco de desembarques de contingente significativo de africanos escravizados, os levantamentos indicaram que as bordas continentais recortadas dos municípios do Litoral Norte do estado de São Paulo foram testemunhas oculares da chegada de milhares de africanos, cujas histórias ainda habitam as lembranças de muitos moradores da região. Procurou-se, assim, ter contribuído para chamar atenção para o imenso potencial da pesquisa arqueológica e para a devida atenção à contribuição da cultura africana para a sociedade brasileira.

## Agradecimentos

Agradecemos a Lourdes Domínguez, Nanci Vieira Oliveira, Charles Orser, Camila Moraes e Marcel Valentino Bozzo. Agradecemos ainda aos dois pareceristas anônimos pelas sugestões e apontamentos pertinentes. Mencionamos o apoio institucional da USP, UNICAMP, CNPq e Fapesp. A responsabilidade pelas ideias restringe-se a nós.

## Referências

AGOSTINI, CAMILLA. **MUNDO ATLÂNTICO E CLANDESTINIDADE: DINÂMICA MATERIAL E SIMBÓLICA EM UMA FAZENDA LITORÂNEA NO SUDESTE, SÉCULO XIX.** 2011. TESE (DOUTORADO EM HISTÓRIA) - UFF. NITERÓI-RJ, 2011. 195 p.

AGOSTINI, CAMILLA. RESISTÊNCIA CULTURAL E RECONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES: UM OLHAR SOBRE A CULTURA MATERIAL DE ESCRAVOS DO SÉCULO XIX. **REVISTA DE HISTÓRIA REGIONAL**, v. 3, n. 2, p. 115-137, 1998.

ALLEN, SCOTT JOSEPH. **AS VOZES DO PASSADO E DO PRESENTE: ARQUEOLOGIA, POLÍTICA CULTURAL E O PÚBLICO NA SERRA DA BARRIGA.** RECIFE, CLIO ARQUEOLÓGICA, v. 20, p. 81-101, 2006.

ALVES, LUCIANA BOZZO. **A DIÁSPORA AFRICANA NO LITORAL NORTE PAULISTA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE UMA ABORDAGEM ARQUEOLÓGICA.** 2016. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM ARQUEOLOGIA) – MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, MAE/USP, 2016.

ALMEIDA, FABIO GUARALDO DE. **ARQUEOLOGIA DA RESISTÊNCIA E ETNOARQUEOLOGIA NO TERRITÓRIO MANDIRA.** MUNICÍPIO DE CANANÉIA/SP. 2012. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM HISTÓRIA) - UNICAMP, 2012. 150 p.

TAÇÃO (MESTRADO EM ARQUEOLOGIA). MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, MAE/USP, 2012. 298 p.

AMENOMORI, SANDRA. **PAISAGEM DAS ILHAS, AS ILHAS DA PAISAGEM: A OCUPAÇÃO DOS GRUPOS PESCADORES – COLETORES PRÉ-HISTÓRICOS NO LITORAL NORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO.** 2005. TESE (DOUTORADO EM ARQUEOLOGIA) - MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, MAE/USP, 2005.

BOCCIA, ANA MATHIAS; MALERBI, ENEIDA. O CONTRABANDO DE ESCRAVOS PARA SÃO PAULO. **REVISTA DE HISTÓRIA**, v. 56, n. 112, OUT./DEZ. 1977.

BORBA, FERNANDA. **ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO NUMA VILA LITORÂNEA: VESTÍGIOS NEGROS EM FAZENDAS OITOCENTISTAS DE SÃO FRANCISCO DO SUL (SANTA CATARINA).** 2013. DISSERTAÇÃO (MESTRADO) - UNIVILLE, 2013.

BORNAL, WAGNER. **Sítio Histórico São Francisco 01: CONTRIBUIÇÃO À ARQUEOLOGIA HISTÓRICA.** 1995. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM ARQUEOLOGIA) - FFLCH MAE/USP, 1995.

BORNAL, WAGNER. **Sítio Histórico São Francisco: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DA ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM.** 2008. TESE (DOUTORADO EM ARQUEOLOGIA) - MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, MAE/USP, 2008.

CARLE, CLÁUDIO. **A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DOS ASSENTAMENTOS DE OCUPAÇÃO TRADICIONAL DE AFRICANOS E DESCENDENTES NO RIO GRANDE DO SUL, NOS SÉCULOS XVIII E XIX,** 2005. TESE (DOUTORADO EM ARQUEOLOGIA) - PUCRS, 2005.

CARVALHO, MARCUS. O DESEMBARQUE NAS PRAIAS: O FUNCIONAMENTO DO TRÁFICO DE ESCRAVOS DEPOIS DE 1831. **REVISTA DE HISTÓRIA**, SÃO PAULO, N.167, P. 223-260, JUL./ DEZ. 2012.

CARVALHO, PATRÍCIA MARINHO DE. **A TRAVESSIA ATLÂNTICA DE ÁRVORES SAGRADAS: ESTUDOS DE PAISAGEM E ARQUEOLOGIA EM ÁREA DE REMANESCENTE DE QUILOMBO EM VILA BELA/MT.** DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM ARQUEOLOGIA) MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, MAE/USP, 2012.

CARVALHO, PATRÍCIA MARINHO DE. **VISIBILIDADE DO NEGRO:** ARQUEOLOGIA DO ABANDONO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO BOQUEIRÃO – VILA BELA/MT. 2018. TESE (DOUTORADO EM ARQUEOLOGIA) – MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, MAE/USP, 2018.

COSTA, DIOGO. ARQUEOLOGIA DA DIÁSPORA AFRICANA NA AMAZÔNIA. *IN:* CONGRESSO DA SAB, 18., 2015, GOIÂNIA. **CADERNO DE RESUMOS.** GOIÂNIA, 2015. p. 28.

COSTA, DIOGO. ARQUEOLOGIA DOS AFRICANOS ESCRAVOS E LIVRES NA AMAZÔNIA. **VESTÍGIOS**, v. 1, n. 10, p. 69-91, 2016.

FLORENTINO, MANOLO. **EM COSTAS NEGRAS:** UMA HISTÓRIA DO TRÁFICO DE ESCRAVOS ENTRE A ÁFRICA E O RIO DE JANEIRO (SÉCULOS XVIII E XIX). SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 2008.

FRANÇA, ARY. A ILHA DE SÃO SEBASTIÃO: ESTUDO DE GEOGRAFIA HUMANA. **BOLETIM**, USP/FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS, **BOLETIM**, n. 178, GEOGRAFIA N. 10, 1954.

FUNARI, PEDRO PAULO DE ABREU. O AMADURECIMENTO DE UMA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA MUNDIAL. **REVISTA DE HISTÓRIA**, USP, n.135, p.163-168, 1996.

FUNARI, PEDRO PAULO DE ABREU. ORSER, CHARLES E., JR. (ORG.). **CURRENT PERSPECTIVES ON THE ARCHAEOLOGY OF AFRICAN SLAVERY IN LATIN AMERICA.** 1. ED. NEW YORK: SPRINGER, 2015. v. 1, 136 p.

FUNARI, PEDRO PAULO DE ABREU. THE ARCHAEOLOGICAL STUDY OF THE AFRICAN DIASPORA, SOME ETHNIC ISSUES, HARDBACK, 9/8/2006. *IN:* JAY B. HAVISER; KEVIN C. MACDONALD. (ORG.). **AFRICAN RE-GENESIS, CONFRONTING SOCIAL ISSUES IN THE DIASPORA.** 1 ED. LONDRES: UCL PRESS, 2006, p. 184-190.

FUNARI, PEDRO PAULO DE ABREU. THE ARCHAEOLOGICAL STUDY OF THE AFRICAN DIASPORA IN BRAZIL. *IN:* AKINWUMI OGUNDIRAN; TOYIN FALOLA. (ORG.). **ARCHAE-**

**LOGY OF ATLANTIC AFRICA AND THE AFRICAN DIASPORA.** 371 ED. BLOOMINGTON: INDIANA UNIVERSITY PRESS, 2007. P. 340-355.

FUNARI, PEDRO PAULO DE ABREU; DOMINGUEZ, L. EL MÉTODO ARQUEOLÓGICO EN EL ESTUDIO DE LA ESCLAVITUD EN CUBA Y BRASIL. **BOLETÍN DEL GABINETE DE ARQUEOLOGÍA**, v. 5, p. 52-65, 2006.

GORDENSTEIN, SAMUEL. **DE SOBRADO A TERREIRO:** A CONSTRUÇÃO DE UM CANDOMBLÉ NA SALVADOR OITOCENTISTA. 2014. 365 F. TESE (DOUTORADO) – UFBA, 2014.

GUIMARÃES, CARLOS; LANNA, ANA. ARQUEOLOGIA DE QUILOMBOS EM MINAS GERAIS. **REVISTA DE ANTROPOLOGIA**, v. 31, p. 147-164, 1980.

HODDER, IAN. **INTERPRETACIÓN EN ARQUEOLOGÍA:** CORRIENTES ACTUALES. TRADUCCIÓN CASTELLANA DE MARIA JOSÉ AUBET Y J. A. BARCELÓ. CRÍTICA – GRUPO GRIJALBO-MONDADORI – BARCELONA, 1994.

LIMA, CIBELE OLIVEIRA; OLIVEIRA, REGINA CÉLIA DE. OS PROCESSOS DE EROÇÃO E PROGRADAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ILHA COMPRIDA-SP. **REVISTA GEONORTE**, v. 1, n. 4, p. 902-915, 2012. EDIÇÃO ESPECIAL.

LIMA, TÂNIA ANDRADE. ARQUEOLOGIA HISTÓRICA NO BRASIL: BALANÇO BIBLIOGRÁFICO (1960-1991). **REVISTA DE HISTÓRIA E CULTURA MATERIAL.** NOVA SÉRIE, v. 1, n. 1, p. 225-262, 1993.

LIMA, TÂNIA ANDRADE; SENE, GLAUCIA MALERBA; SOUZA, MARCOS ANDRÉ TORRES DE. EM BUSCA DO CAIS DO VALONGO, RIO DE JANEIRO, SÉCULO XIX. **ANAIIS DO MUSEU PAULISTA**, v. 24, p. 299-391, 2016.

MACHADO, NELI TERESINHA. **ENTRE GUARDAS E CASARÕES:** UM POUCO DA HISTÓRIA DO INTERIOR DO RS – UMA PERSPECTIVA ARQUEOLÓGICA. TESE (DOUTORADO EM ARQUEOLOGIA).- MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, MAE/USP, 2004.

MACHADO, THÉA *ET AL.* AS ROTAS MARÍTIMAS DO BRASIL COLÔNIA, OS SUPRIMENTOS E AS MERCADORIAS A BORDO. SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1. **ANAIS [...]**. [S.L : S. N.], 2011.

MAMIGONIAN, BEATRIZ. **AFRICANOS LIVRES: A ABOLIÇÃO DO TRÁFICO DE ESCRAVOS NO BRASIL.** SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 2017.

MARCÍLIO, MARIA LUIZA. **CAIÇARA, TERRA E POPULAÇÃO: ESTUDO DE DEMOGRAFIA HISTÓRICA E DA HISTÓRIA SOCIAL DE UBATUBA,** 2. ED. SÃO PAULO: EDUSP. 2006.

MARQUES, SILVIA. **PAISAGENS REVELADAS: O JAÓ CABOCLO, QUILOMBOLA, BRASILEIRO.** TESE (DOUTORADO EM ARQUEOLOGIA) - MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, MAE/USP, 2012.

MATTOS, HEBE (ORG.). **DIÁSPORA NEGRA E LUGARES DE MEMÓRIAS: A HISTÓRIA OCULTA DAS PROPRIEDADES VOLTADAS PARA O TRÁFICO CLANDESTINO DE ESCRAVOS NO BRASIL IMPERIAL.** EDITORA DA UFF, 2013. 130 p.

MATTOS, HEBE; ABREU, MARTHA; GURAN, MILTON. **INVENTÁRIO DOS LUGARES DE MEMÓRIA DO TRÁFICO ATLÂNTICO DE ESCRAVOS E DA HISTÓRIA DOS AFRICANOS ESCRAVIZADOS NO BRASIL.** 1. ED. NITERÓI: PPGH-UFF, 2014. 111 p.

MEDEIROS, MÉRCIA DE. **RECONSTITUIÇÃO DE UMA FAZENDA COLONIAL: ESTUDO DE CASO FAZENDA DE SÃO BENTO DE JAGUARIBE.** DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM ARQUEOLOGIA) – UFPE, 2005.

MERLO, MÁRCIA. **ENTRE O MAR E A MATA: A MEMÓRIA AFRO-BRASILEIRA [DE] SÃO SEBASTIÃO, ILHABELA E UBATUBA.** SÃO PAULO: FAPESP/ EDUC, 2005. 301 p.

MONTEIRO, VICTOR. **UMA ARQUEOLOGIA DAS PAISAGENS DA ESCRAVIDÃO NA CIDADE DE PELOTAS, RIO GRANDE DO SUL (1832-1850).** DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM ARQUEOLOGIA) - UFPEL, 2016.

MORAES, IRISLANE. **DO TEMPO DOS PRETOS D'ANTES AOS POVOS DO APROAGA: PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA NO VALE DO RIO CAPIM (PA).** DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM ANTROPOLOGIA) - UFPA, 2012.

NÓBREGA, VIVIANE. **O BARRO NA MÃO DO OLEIRO [MANUSCRITO]:** RESSIGNIFICAÇÕES E SENSIBILIDADE ATRAVÉS DA CULTURA MATERIAL. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM ARQUEOLOGIA) - PUC DE GOIÁS, GOIÂNIA, 2014.

NOFFS, PAULO. **A DISPUTA DA HEGEMONIA DO ESPAÇO NA BAÍA DE CASTELHANOS.** TESE (DOUTORADO EM GEOGRAFIA HUMANA) – FFLCH/ USP, 2007. 261 p.

OLIVEIRA, NANSI; FUNARI, PEDRO PAULO DE ABREU. CONTRIBUIÇÕES DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA PARA O ESTUDO DOS ASSENTAMENTOS COSTEIROS SUL-FLUMINENSES. **REVISTA DE HISTÓRIA DA ARTE E ARQUEOLOGIA**, v. 19, p. 5-25, 2013.

OLIVEIRA, NANSI; SILVA, I. F. PODER E FORTIFICAÇÕES: UMA ABORDAGEM ARQUEOLÓGICA DA OCUPAÇÃO E DEFESA DO LITORAL SUL FLUMINENSE. *IN:* MARIA ANTONIETA C. RODRIGUES; SILVIA DIAS PEREIRA; SERGIO BERGAMASCHI. (ORG.). **INTERAÇÕES HOMEM-MEIO NAS ZONAS COSTEIRAS: BRASIL/PORTUGAL.** 1 ED. RIO DE JANEIRO: CORBÃ, 2013. p.187-197, v. 1.

OLIVEIRA, WASHINGTON DE. **UBATUBA:** DOCUMENTÁRIO. SÃO PAULO: EDITORA DO ESCRITOR, 1977. 216p.

ORSER, CHARLES; FUNARI, PEDRO PAULO DE ABREU. A PESQUISA ARQUEOLÓGICA INICIAL EM PALMARES. **ESTUDOS IBERO-AMERICANOS**, PORTO ALEGRE, v. 18, n. 2, p. 53-69. 1992.

PAIVA, ZAFENATHY DE; FAGUNDES, MARCELO; BORGES, JOINA. UMA BAFORADA SIM SINHÔ: CACHIMBOS DE ESCRAVOS PARA SE ENTENDER AS DINÂMICAS SOCIOCULTURAIS DA DIAMANTINA OITOCENTISTA. **REVISTA TARAIRIÚ**, v. 9, p. 165-186, 2015.

RAMBELLI, GILSON. ARQUEOLOGIA DE NAUFRÁGIOS E A PROPOSTA DE ESTUDO DE UM NAVIO NEGREIRO. **REVISTA DE HISTÓRIA DA ARTE E ARQUEOLOGIA**, v. 6, p. 97-106, 2006A.

RAMBELLI, GILSON. TRÁFICO E NAVIOS NEGREIROS: CONTRIBUIÇÃO DA ARQUEOLOGIA NÁUTICA E SUBAQUÁTICA. **REVISTA NAVIGATOR: SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA MARÍTIMA DO BRASIL**, v. 2, n. 4, p. 59-72, 2006B.

RAMBELLI, GILSON; NOVAES, LUCIANA DE CASTRO NUNES. FRUTOS DO MAR. **REVISTA DE HISTÓRIA** (RIO DE JANEIRO), v. 1, p. 29-32. 2011.

ROCHA, MARCELO; MATTOS, GIL; FERREIRA, LÚCIO MENEZES. **MAPEAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS DO PERÍODO ESCRAVISTA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS, RS (BRASIL)**. *IN*: ENPOS, 14. PELOTAS, RS, 2012.

ROCHA, KENIA NOGUEIRA DIÓGENES DA. **RELAÇÕES ENTRE A VULNERABILIDADE SOCIAL E A FRAGILIDADE AMBIENTAL NO LITORAL NORTE PAULISTA: O CASO DOS MUNICÍPIOS DE ILHABELA, SÃO SEBASTIÃO, CARAGUATATUBA E UBATUBA**. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM GEOGRAFIA) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, 2011.

RODRIGUES, JAIME. **O INFAME COMÉRCIO: PROPOSTAS E EXPERIÊNCIAS NO FINAL DO TRÁFICO DE AFRICANOS PARA O BRASIL (1800 A 1850)**. EDITORA UNICAMP, 2005. 238 p.

ROSA, ESTEFÂNIA. **IDENTIDADE AFRO-BRASILEIRA: UM DIÁLOGO ENTRE MEMÓRIA E CULTURA MATERIAL**. 2012. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM ARQUEOLOGIA) - UFPEL, 2012

SANTANA, REGINA. **MUSSUCA: POR UMA ARQUEOLOGIA DE UM TERRITÓRIO NEGRO EM SERGIPE D'EL REY**. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM ARQUEOLOGIA) – UFRJ, MUSEU NACIONAL, 2008.

SILVA, BRUNO SANCHES RANZANI DA. **DESCOBRINDO A CHÁCARA E A CHARQUEADA PELA ARQUEOLOGIA PÚBLICA**. TESE (DOUTORADO EM ARQUEOLOGIA) - MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2017.

SILVA, FABÍOLA. **O CATIVEIRO RURAL COLONIAL: RECONSTITUIÇÃO ARQUEOLÓGICA DA SENZALA DA FAZENDA DE SÃO BENTO DE JAGUARIBE – MUNICÍPIO DE ABREU E LIMA, PERNAMBUCO**. RECIFE. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM ARQUEOLOGIA) – UFPE, 2006.

SILVA, OSVALDO PAULINO DA. **ARQUEOLOGIA DOS ENGENHOS DA ILHA DE SANTA CATARINA – PARTE SUL**. 1996. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM ARQUEOLOGIA). PUC-RS, 1996. 287 p.

SOUZA, CELIA; LUNA, GRACIELE. TAXAS DE RETROGRADAÇÃO E BALANÇO SEDI-MENTAR EM PRAIAS SOB RISCO MUITO ALTO DE EROÇÃO NO MUNICÍPIO DE UBATUBA.

**QUATERNARY AND ENVIRONMENTAL GEOSCIENCES**, v. 1, p. 25-41, 2009.

SOUZA, MARCOS ANDRÉ. A VIDA ESCRAVA PORTAS ADENTRO: UMA INCURSÃO ÀS SENZALAS DO ENGENHO DE SÃO JOAQUIM, GOIÁS, SÉCULO XIX. **MARACANAN**, v. 7, p. 83-109, 2011.

SYMANSKI, LUÍS CLÁUDIO. A ARQUEOLOGIA DA DIÁSPORA AFRICANA NOS ESTADOS UNIDOS E NO BRASIL: PROBLEMÁTICAS E MODELOS. **AFRO-ÁSIA**, v. 49, p. 159-198, 2014.

SYMANSKI, LUÍS CLÁUDIO. O DOMÍNIO DA TÁTICA: PRÁTICAS RELIGIOSAS DE ORIGEM AFRICANA NOS ENGENHOS DE CHAPADA DOS GUIMARÃES (MT). **VESTÍGIOS**, v.1, n. 2, JUL/DEZ. 2007.

SYMANSKI, LUÍS CLÁUDIO. **SLAVES AND PLANTERS IN WESTERN BRAZIL: MATERIAL CULTURE, IDENTITY AND POWER**. TESE (DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA) - UNIVERSITY OF FLORIDA, EUA. 2006.

SYMANSKI, LUÍS CLÁUDIO; GOMES, FLÁVIO DOS SANTOS. **ARQUEOLOGIAS DA ESCRAVIDÃO E LIBERDADE: SENZALAS, CULTURA MATERIAL E PÓS-EMANCIPAÇÃO NA FAZENDA DO COLÉGIO CAMPOS DOS GOYTACAZES, SÉCULOS XVIII A XX**. 1. ED. CURITIBA: BRAZIL PUBLISHING, 2019. 238 p. v. 1.

TAVARES, AUREA. **VESTÍGIOS MATERIAIS NOS ENTERRAMENTOS NA ANTIGA SÉ DE SALVADOR: POSTURA DAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS AFRICANAS FRENTE À IGREJA CATÓLICA EM SALVADOR NO PERÍODO ESCRAVISTA**. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM ARQUEOLOGIA) – UFPE, 2006.

TAVARES, REINALDO. **CEMITÉRIO DOS PRETOS NOVOS, RIO DE JANEIRO SÉCULO XIX: UMA TENTATIVA DE DELIMITAÇÃO ESPACIAL**. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM ARQUEOLOGIA) – UFRJ, MUSEU NACIONAL, 2012.

TEDESCO, GISLAINE. DO LADO DE LÁ E DO LADO DE CÁ DE VILA BOA DE GOIÁS: FRONTEIRAS CULTURAIS E ESPACIAIS ENTRE NEGROS E BRANCOS NO SÉCULO XIX. IN: 4 ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4. CURITIBA, 2009. P. 1-10.

TESSLER, M. G. *ET AL.* EROSÃO E PROGRADAÇÃO DO LITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. IN: MUEHE, D. (ORG.). **EROSÃO E PROGRADAÇÃO DO LITORAL BRASILEIRO**. 1. ED. BRASÍLIA: MMA, 2006. P. 297-346.

THIESEN, BEATRIZ V; MOLET, CLAUDIA DAIANE; KUNIOCHI, MARCIA NAOMI. CHARQUEADA E ESCRAVIDÃO EM RIO GRANDE. IN: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 5. PORTO ALEGRE: URGs, 2011. P. 1-15.